

Chocolate com pimenta

André Siqueira

Passados cinco anos, continua sob suspense a venda da Garoto.

A Nestlé venceu o último round, numa luta ainda longe do fim, contra o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela compra da Chocolates Garoto. No dia 16 de março, o juiz Itagiba Catta Preta Netto, da 4ª Vara Federal do Distrito Federal, decidiu aprovar a aquisição feita pela multinacional suíça. A autarquia vai recorrer, mas a maior disputa ocorre fora do ringue. O caso se arrasta há mais de cinco anos, e a cada dia torna-se mais difícil separar as operações das duas empresas, como quer o principal órgão antitruste do governo. Apesar de ter reforçado as instalações da Garoto em Vila Velha (ES), CartaCapital apurou que a companhia levou para Caçapava (SP), onde tem uma fábrica, pelo menos dois produtos da Garoto, o chocolate Talento Cream Avelã, e o Serenata de Amor Balls.



A produção transferida para Caçapava representa uma parcela muito pequena do portfólio da Garoto, que cresceu de 40 para 130 itens sob a batuta da Nestlé. Mesmo assim, a estratégia provocou a ira do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação e Afins do Estado do Espírito Santo (Sindialimentação), que alega ter sido enganado, até agora, pela multinacional. "Estamos indignados. Em todas as reuniões, até agora, a Nestlé negou que fosse levar produtos para fora de Vila Velha", afirma a presidente do Sindialimentação, Linda Morais.

A Nestlé alega que a fabricação de produtos da marca Garoto fora da fábrica capixaba não fere os termos do Acordo de Reversibilidade da Operação, instrumento que, conforme o próprio nome diz, permite que uma fusão reprovada pela autarquia possa ser desfeita sem prejuízo para as atividades industriais. A empresa alega, ainda, que, caso a compra seja aprovada, vai aumentar em 30% a produção da fábrica e contratar mais mil funcionários para a planta, que hoje tem um quadro de 3.570 trabalhadores. Este é mais um ponto a ser averiguado pelo Cade, que no momento revisa o cumprimento do acordo.

O destino da fábrica da Garoto, entretanto, é questão bastante delicada no município de Vila Velha. Tanto que levou a própria presidente do Sindialimentação a ocupar uma vaga na Câmara dos Vereadores, desde 2004. Para Linda, a estratégia da multinacional tende a reduzir empregos na fábrica e contraria todos os entendimentos feitos até agora com os representantes dos funcionários. "Isso só mostra que a Nestlé quer dissimular a intenção de fragmentar a fábrica e não respeita um documento que elaborou com o sindicato", afirma ela.

A Nestlé pagou 570 milhões de reais, em 2002, para ficar com a Garoto. De lá para cá, investiu cerca de 50 milhões de reais para quase dobrar o faturamento da empresa, que era de 535 milhões de reais há cinco anos. O quadro de pessoal aumentou em cerca de 500 funcionários, segundo a companhia. Para o Sindialimentação, a folha manteve-se praticamente a mesma.

O clima é tenso entre o sindicato local e a Nestlé desde o anúncio da negociação com os antigos donos da Garoto, a família Meyerfreund. Temas como o pagamento de direitos trabalhistas atrasados e o tratamento a funcionários afastados por lesões são motivos para protestos até hoje. A Associação de Amigos da Garoto, espécie de dissidência do sindicato, foi criada para acompanhar os casos.

"A Garoto tem quase 5 mil credores à espera do reajuste do FGTS em função dos expurgos de planos econômicos", diz o presidente da entidade, Carlos Alberto Fontes de Lima.

A relação da multinacional com os trabalhadores azedou de vez no ano passado, quando o Cade decidiu pelo fim da fusão e concedeu à Nestlé a prerrogativa de vender a Garoto dividida em partes. O texto do parecer desvinculava os ativos de produção (a fábrica e os equipamentos) das marcas e patentes dos produtos.

"Fui procurado pelos dirigentes do sindicato, que queriam saber se era possível recorrer contra esse dispositivo do Cade. Meu parecer foi favorável à entidade", conta o procurador da República Carlos Fernando Mazzoco. Os sindicalistas conseguiram anular a validade desse item da decisão do Cade, mas foram surpreendidos por um novo recurso. Desta vez, da direção da Garoto, que quis sustentar o direito de efetuar a venda da empresa em partes separadas.

Outro embate, agora com a vitória do sindicato, ocorreu este ano, quando a Garoto decidiu terceirizar parte da produção de ovos de Páscoa. Depois de várias manifestações dos trabalhadores, a direção da empresa cancelou o contrato e voltou a centralizar a produção na fábrica. "Para nós, não faz diferença quem vai comprar a Garoto, mas vamos lutar até o fim para manter a fábrica e os empregos no município", diz Linda.

A batalha promete durar muito tempo, até porque não há mais prazo para uma decisão final quanto ao destino da Garoto. No recurso à Justiça, a Nestlé alegou que o Cade não cumpriu os 60 dias previstos nas regras do próprio conselho para a avaliação do caso. No total, levou 411 dias para concluir que a fusão entre as empresas é uma ameaça concreta à concorrência. Em alguns segmentos, como o de coberturas de chocolate, as duas companhias, juntas, teriam perto de 100% do mercado.

Mas o juiz federal Catta Preta Neto entendeu que o Cade abriu caminho para a aprovação automática do negócio, ao estourar o limite de tempo antes de se pronunciar. Até a quinta-feira 29, a autarquia ainda não havia sido notificada sobre a decisão judicial, mas já informou em nota oficial que vai recorrer. A estratégia para tentar reverter a sentença só será divulgada após a intimação judicial. A apelação deverá ter efeito suspensivo, ou seja, garante a prorrogação da novela da Garoto. "O atraso não é desejável, mas em qualquer lugar do mundo o julgamento de um caso complexo demanda prazos consideráveis, de seis meses a um ano", afirma o conselheiro do Cade, Ricardo Villas Cueva. "No Brasil, ainda enfrentamos problemas como o quadro e o orçamento reduzidos."

A reforma do Cade, prevista em um projeto de lei enviado ao Congresso em 2005, foi incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para facilitar a tramitação. Com as mudanças, a autarquia será transformada em uma superintendência-geral, que abrigará a Secretaria de Direito Econômico (SDE). Assim, terá poderes para investigar e avaliar os atos de concentração, além de fazer avaliações sumárias de aquisições e fusões.

"Nos últimos dois anos, houve uma aceleração muito grande nas avaliações dos atos de concentrações", diz o conselheiro. Segundo Cuevas, atualmente são recomendadas restrições a menos de 3% dos 400 atos de concentração que chegam ao Cade, e 70% deles são julgados dentro dos 60 dias regulamentares.

Caso o argumento da Nestlé seja aceito em última instância, há a possibilidade de que parte dos outros 30% de casos, cujas análises ultrapassaram o prazo, sejam revistos pela Justiça. "As análises do sistema de defesa da concorrência não são triviais, são técnicas. O juiz, assim como as autoridades do Cade, não forma uma convicção enquanto não tem todos os elementos formados", diz o especialista em direito concorrencial José Del Chiaro. O advogado atuou no caso Garoto, enquanto a discussão ainda estava na esfera do Cade, contratado por uma das concorrentes da Nestlé.

Empresas como Kraft, Cadbury e Mars participaram do processo de avaliação da tentativa de compra. A Kraft, dona da Lacta, é um exemplo de grupo que enfrentaria os mesmos problemas da rival suíça para adquirir a concorrente.

O destino da fábrica de chocolates capixaba pode estar intimamente ligado aos rumos do sistema brasileiro de defesa da concorrência, mas ninguém espera que seja fácil encontrar um grupo tão forte quanto a Nestlé, capaz de adotar o Garoto de Vila Velha.

Fonte: Carta Capital, a. 13, n. 438, p. 38-39, 4 abr. 2007.